

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PÚBLICA: O PAPEL DOS MUSEUS E COMUNIDADES ESCOLARES NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL

Maria Ceci da Costa Barbosa ¹

Luciene Santana Ferreira ²

Danielly Moraes Rocha Marques ³

RESUMO

Este artigo investiga a relação entre educação patrimonial, arqueologia pública e o papel dos museus na preservação da memória cultural, com foco nas atividades do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (Museu CPAHT), vinculado à UEMASUL. A pesquisa analisa de que maneira esses espaços contribuem para a formação dos alunos da educação básica no sentido de fortalecimento da identidade cultural local, promovendo o reconhecimento do patrimônio arqueológico regional. A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem interdisciplinar que integra arqueologia, história e ciências sociais, dialogando com autores como Carbonari (2017) e Oliveira (2022) sobre o aprendizado da História por meio do patrimônio cultural e a importância do ensino de história local. Em 2024, o Museu CPAHT registrou um total de 2.909 visitantes, de 93 instituições. Destes, 36,6% eram de escolas públicas, 34,4% de particulares, 15% de IES (Instituições de Ensino Superior) e 14% da comunidade em geral, consolidando-se como um espaço fundamental de preservação cultural e educação patrimonial em Imperatriz, Maranhão. Além das visitas regulares, o museu promoveu ações educativas estratégicas, como o Abril Indígena, a Semana Nacional dos Museus e a Semana do Patrimônio, que contribuíram significativamente para a ampliação do alcance e do impacto das atividades institucionais. Os resultados indicam que atividades de educação patrimonial, quando associadas a práticas interativas e à participação ativa da comunidade escolar, favorecem o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural, pois dialogam com o (DCT-MA) e a (BNCC), contribuindo para a construção do conhecimento interdisciplinar, o desenvolvimento do pensamento crítico e a valorização da diversidade cultural, consolidando uma visão mais ampla e participativa da história, fortalecendo a preservação da memória coletiva. Conclui-se que os museus desempenham um papel essencial como espaços de aprendizagem informal, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos por meio de experiências imersivas e significativas.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Arqueologia Pública, Museus, Preservação da memória.

¹ Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL- maria.ceci@uemasul.edu.br;

² Mestra pelo Curso de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Centro Universitário de Caratinga- MG, luciene.santana@uemasul.edu.br;

³ Doutoranda pelo do Curso de Arqueologia pela Universidade de Sergipe- SE, daniellyneai@uemasul.edu.br;



INTRODUÇÃO

A educação patrimonial configura-se como uma ferramenta fundamental para a preservação da memória cultural e o fortalecimento das identidades locais. Neste contexto, a arqueologia pública emerge como campo interdisciplinar que busca aproximar o conhecimento arqueológico da sociedade, promovendo a valorização do patrimônio cultural material e imaterial. Este artigo tem como objetivo analisar o papel dos museus, em especial do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (Museu CPAHT/UEMASUL), na promoção da educação patrimonial junto às comunidades escolares da região de Imperatriz, Maranhão.

A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de compreender como espaços museais podem contribuir para a formação crítica e cidadã de estudantes da educação básica, por meio do contato direto com o patrimônio arqueológico regional. Partimos do pressuposto de que a educação patrimonial, quando articulada com as diretrizes curriculares nacionais e locais, pode potencializar o aprendizado histórico e cultural, conforme discutido por Carbonari (2017) e Oliveira (2022).

O conceito de museu, de acordo com o International Council of Museums (ICOM), vai muito além da simples guarda e exposição de objetos. Desde sua definição clássica de 1956, o ICOM entende o museu como uma “instituição de caráter permanente, administrada para o interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar e valorizar, de diversas maneiras, o conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários” (SCHEINER, 2008, apud SILVA, 2012, p. 10). Essa perspectiva foi ampliada nas últimas décadas, passando a enfatizar também sua função social e educativa, conforme indica o próprio estatuto do ICOM, comprometido com “a conservação, continuidade e comunicação para a sociedade do patrimônio natural e cultural do mundo, presente e futuro, tangível e intangível” (ICOM, 2007, apud SILVA, 2012, p. 7).

Ao refletir sobre o papel educativo dos museus, torna-se relevante comparar os projetos de extensão universitária e as visitas não formais como práticas de educação patrimonial. Os projetos de extensão, como o desenvolvido pelo Museu CPAHT, têm o objetivo de articular o conhecimento acadêmico às vivências comunitárias, valorizando os saberes locais e promovendo o diálogo intercultural (SILVA, 2012, p. 13).



Já as visitas não formais configuram-se como experiências de aprendizagem livres e espontâneas, que estimulam a curiosidade, o pensamento crítico e o envolvimento afetivo dos visitantes com o patrimônio (STUDART, 2003, apud SILVA, 2012, p. 17).

Ambos os processos se complementam na construção de uma educação patrimonial democrática e inclusiva, reafirmando a função social do museu como espaço de formação cidadã.

A partir dessa concepção, o museu é compreendido como um espaço de educação não formal, capaz de promover experiências de aprendizagem significativas e libertadoras. Magaly Cabral, diretora do Museu da República e membro do CECA-Brasil, o define como um “espaço privilegiado de educação não formal” (CABRAL, 2001, apud SILVA, 2012, p. 17). Isso o aproxima de um ambiente de formação cidadã e cultural que dialoga diretamente com os princípios freireanos de uma educação crítica, participativa e voltada à autonomia do sujeito.

A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, combinando análise documental, observação participante e levantamento de dados quantitativos referentes às atividades educativas realizadas pelo museu no ano de 2024. Os resultados demonstram a relevância das ações desenvolvidas pelo CPAHT e sua interface com a comunidade escolar, evidenciando impactos positivos no reconhecimento e na valorização do patrimônio cultural regional.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem interdisciplinar que integra pressupostos da arqueologia, história e ciências sociais. Trata-se de um estudo de caso do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (Museu CPAHT), vinculado à Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

Os procedimentos metodológicos incluíram:

- Análise documental dos registros de visitação do museu referentes ao ano de 2024;
- Observação participante nas atividades educativas desenvolvidas pelo museu;
- Levantamento e sistematização de dados quantitativos e qualitativos sobre o perfil dos visitantes;

- Análise das ações educativas estratégicas promovidas pelo museu, como o "Abril Indígena", "Semana Nacional dos Museus" e "Semana do Patrimônio".

A pesquisa pautou-se pelos princípios éticos da pesquisa com seres humanos, respeitando a privacidade e o anonimato dos participantes quando necessário. Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, com categorização das informações coletadas e confrontação com o referencial teórico adotado.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que sustenta esta pesquisa articula-se em torno de três eixos centrais: educação patrimonial, arqueologia pública e o papel educativo dos museus. Conforme proposto por Carbonari (2017), a educação patrimonial configura-se como processo educativo centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Para a autora, a apropriação social do patrimônio é etapa fundamental para a formação da consciência histórica.

Oliveira (2022), por sua vez, destaca a importância do ensino de história local e da utilização de fontes materiais no processo de aprendizagem, argumentando que a proximidade com o patrimônio cultural favorece a construção de identidades mais sólidas e críticas. Essa perspectiva alinha-se aos princípios da arqueologia pública, que defende a democratização do conhecimento arqueológico e sua inserção nos debates contemporâneos sobre memória e identidade.

Historicamente, o museu surgiu como uma instituição voltada para as elites, com acesso restrito e caráter contemplativo. No contexto europeu dos séculos XVII e XVIII, as coleções privadas pertenciam à nobreza e à aristocracia intelectual, e as visitas eram reservadas a círculos sociais privilegiados (SILVA, 2012, p. 1). Esse caráter elitista marcou profundamente a trajetória inicial dos museus, que, por muito tempo, foram compreendidos como símbolos de distinção social e poder cultural, e não como espaços de formação cidadã.

Com o passar dos séculos e as transformações políticas e sociais, especialmente a partir do século XX, o museu passou a redefinir sua função social, aproximando-se da comunidade e assumindo o papel de instituição pública a serviço da sociedade (REIS; PINHEIRO, 2009). Essa mudança foi impulsionada por movimentos museológicos e educacionais que buscaram romper com a lógica excludente, valorizando a mediação cultural e o diálogo entre diferentes públicos.



Assim, a museologia contemporânea entende o museu não mais como um “templo” de objetos sagrados, mas como um espaço vivo de trocas, aprendizagens e experiências coletivas, no qual todos os sujeitos têm o direito de interpretar e se reconhecer no patrimônio exposto. Essa perspectiva está diretamente ligada à noção de educação patrimonial, pois reconhece que o conhecimento sobre o passado só se torna socialmente relevante quando é compartilhado, acessível e participativo (SCHEINER, 2008; SILVA, 2012).

No que tange ao papel dos museus, Horta (1999) enfatiza que essas instituições devem funcionar como espaços dinâmicos de educação não formal, capazes de promover experiências significativas de aprendizagem por meio do contato direto com acervos e atividades mediadas. Essa concepção vai ao encontro das diretrizes propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Documento Curricular do Território Maranhense (DCT-MA), que valorizam a integração entre saberes escolares e comunitários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados quantitativos coletados revelam que, em 2024, o Museu CPAHT recebeu 2.909 visitantes, oriundos de 93 instituições distintas. A distribuição desses visitantes por categoria evidencia o caráter inclusivo e democrático do espaço museal: 36,6% eram estudantes de escolas públicas, 34,4% de escolas privadas, 15% de Instituições de Ensino Superior e 14% da comunidade em geral.

Esses números evidenciam a ampla inserção do museu junto ao público escolar, corroborando a perspectiva de Carbonari (2017) sobre a relevância dos espaços não formais de educação na formação discente. O autor argumenta que a educação patrimonial, quando desenvolvida em ambientes museais, proporciona aos estudantes uma aproximação concreta com vestígios materiais do passado, facilitando a compreensão de processos históricos que muitas vezes se apresentam de forma abstrata em contextos de sala de aula.

As ações educativas estratégicas promovidas pelo museu - "Abril Indígena", "Semana Nacional dos Museus" e "Semana do Patrimônio" - ampliaram significativamente o alcance e o impacto social da instituição. Tais iniciativas permitiram uma abordagem interdisciplinar dos conteúdos, articulando saberes da



arqueologia, história, antropologia e artes, conforme preconizado por Oliveira (2022) em suas discussões sobre o ensino de história local.

A análise qualitativa das atividades desenvolvidas evidencia que as práticas interativas e participativas promovidas pelo museu como as oficinas de Modelagem cerâmica, Estampas da Floresta e Amuleto Rupestre contribuíram significativamente para o engajamento ativo da comunidade escolar. Essas ações transformam os estudantes de meros receptores de informações em protagonistas do processo de preservação da memória cultural. Assim, o trabalho com Educação Patrimonial na Educação Básica amplia as possibilidades de integração cultural e social, ao mesmo tempo em que promove o conhecimento, a valorização e a preservação dos bens patrimoniais que nos cercam (BORIN, 2019).

Os resultados indicam que as experiências vivenciadas no museu contribuíram significativamente para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a valorização da diversidade cultural entre os estudantes, aspectos essenciais à formação cidadã na contemporaneidade. Tal constatação converge com as diretrizes da BNCC e do DCT-MA, que ressaltam a importância da educação patrimonial para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Nesse contexto, o museu se revela um espaço vivo de significação, capaz de individuar sujeitos, constituir-se como lugar de memória e promover práticas de construção de sentido, conforme destaca Lopes (2020): “Museu, para quê? Para individuar sujeitos, para se constituir como lugar de memória, para a própria possibilidade de prática de significação.

Além disso, os dados obtidos reforçam a importância da articulação entre a educação formal e a educação não formal para a construção do conhecimento significativo. Conforme Silva (2012), a aprendizagem nos museus, quando associada aos conteúdos escolares, amplia o potencial reflexivo dos alunos e favorece a compreensão crítica da realidade. A escola oferece o referencial teórico e sistematizado, enquanto o museu possibilita a vivência prática e afetiva com o patrimônio, o que contribui para consolidar os saberes adquiridos em sala de aula.

Essa integração entre os dois ambientes educativos, o formal e o informal é fundamental para dar sentido ao conhecimento, pois permite ao estudante estabelecer relações entre teoria e prática, reconhecer-se como sujeito histórico e compreender a importância da preservação cultural. Como destaca Horta et al. (1999), a educação patrimonial deve ser entendida como um processo contínuo de ensino-aprendizagem



que “transcende os muros escolares e se concretiza nas experiências vividas em espaços culturais, históricos e comunitários”.

Assim, o trabalho conjunto entre escolas e instituições museais, como o Museu CPAHT, revela-se essencial para a formação de uma consciência crítica e cidadã, fortalecendo a valorização do patrimônio cultural e a construção de identidades coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa permitem concluir que o Museu CPAHT constitui-se como espaço fundamental para a preservação da memória cultural e para a promoção da educação patrimonial na região de Imperatriz, Maranhão. As atividades desenvolvidas pela instituição demonstram que a articulação entre educação patrimonial, arqueologia pública e comunidade escolar produz impactos positivos significativos no reconhecimento e na valorização do patrimônio cultural regional.

A experiência analisada evidencia que os museus, quando concebidos como espaços dinâmicos e abertos ao diálogo com a comunidade, podem transformar-se em potentes ambientes de aprendizagem informal, complementando e enriquecendo a formação oferecida pelas instituições de ensino formal.

Como perspectivas para pesquisas futuras, sugere-se a investigação dos impactos de longo prazo das atividades de educação patrimonial na formação discente, bem como o desenvolvimento de estudos comparativos entre diferentes experiências museais na região amazônica. Acredita-se que tais investigações possam contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural e para a qualificação da educação básica.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Cláudio Roberto. et al. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BORIN, Marta Rosa. **Educação patrimonial em espaços não formais de aprendizagem**. *Estudios Históricos – CDHRPyB*, Montevideu, ano XI, n. 22, dez. 2019. ISSN 1688-5317. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/22/eh22d17.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.



BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de setembro de 2001.

CABRAL, Magaly. **Administrando a mudança: o museu em face dos desafios econômicos e sociais**. Barcelona, 2001. Disponível em: <www.icom.org.br/A_prod_intelec_CECA-Brasil_conf_intern.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2012.

CARBONARI, P. C. **Educação patrimonial: teoria e prática**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

HORTA, M. L. P. et al. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999.

ICOM. Statutes of the International Council of Museums. Viena: ICOM, 2007.

LOPES, M. *Museu, para quê?: compreensões sobre o Museu do Homem Americano*. **RUA**, v. 26, n. 2, p. 591–614, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347644352_Museu_para_que_Compreensoes_sobre_o_Museu_do_Homem_Americano. Acesso em: 29 out. 2025.

OLIVEIRA, A. R. **Ensino de história local e patrimônio cultural: perspectivas contemporâneas**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

REIS, Maria Amélia de Souza; PINHEIRO, Maria do Rosário. Para uma pedagogia do museu: algumas reflexões. *Museologia e Patrimônio*, v. II, n. 1, jan./jun. 2009.

SILVA, Alessandra Dahya Henrique da. **A educação em museus sob o olhar do Comitê de Educação e Ação Cultural (CECA-Brasil)**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012.

STUDART, Denise. **Reflexões sobre o papel educativo dos museus e sobre o trabalho do CECA**. In: Encontro de Profissionais de Museus. A Comunicação em Questão: Exposição e Educação – Propostas e Compromissos. São Paulo: MAE/USP, 2003.

